



Universidade  
Federal  
Fluminense



RELATÓRIO CONTÁBIL  
DE PROPÓSITO GERAL

2022



# Administração central

---

**Antonio Claudio Lucas da Nóbrega**  
Reitor

**Fabio Barboza Passos**  
Vice-Reitor

**Vera Lucia Lavrado Cupello Cajazeiras**  
Pró-Reitora de Administração (Proad)

**Leonardo Vargas da Silva**  
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (Proaes)

**Cresus Vinicius Depes de Gouvêa**  
Pró-Reitor de Extensão (Proex)

**Aline da Silva Marques**  
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (Progepe)

**Alexandra Anastácio Monteiro Silva**  
Pró-Reitora de Graduação (Prograd)

**Andrea Brito Latge**  
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação  
e Inovação (Proppi)

**Jailton Gonçalves Francisco**  
Pró-Reitor de Planejamento (Proplan)

**Thaiane Moreira de Oliveira**  
Superintendente de Comunicação Social (SCS)

**Carla Siqueira da Silva**  
Superintendente de Documentação (SDC)

**Mário Augusto Ronconi**  
Superintendente de Operações e Manutenção (Soma)

**Livia Maria de Freitas Reis**  
Superintendente de Relações Internacionais (SRI)

**Helcio de Almeida Rocha**  
Superintendente de Tecnologia da Informação (STI)

**Leonardo Caravana Guelman**  
Superintendente do Centro de Artes (Ceart)

**Julio Rogério Ferreira da Silva**  
Superintendente de Arquitetura,  
Engenharia e Patrimônio (Saep)

# Equipe técnica

---

## Organização do Relatório Contábil

### **Pró-Reitor de Planejamento**

Jailton Gonçalves Francisco

### **Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF**

Luis Felipe da Costa Santos

### **Coordenação de Contabilidade – CCONT**

Rafael Lines Lessa

### **Equipe Técnica (Portaria UFF 68.332/2022):**

Rafael Lines Lessa

Luis Felipe da Costa Santos

Diogo Drumond Vargas

Nerivaldo Batista de Santana

Diego Jorge Machado Franco

Diogo Monteiro Alves

Henrique Luiz da Silva Costa

Edson Batista Junior

### **Projeto editorial (Eduff)**

*Coordenação de produção*

Ricardo Borges

*Projeto gráfico*

Natália Brunnet

*Diagramação*

Alvaro Faria

Natália Brunnet

Thomás Cavalcanti

*Revisão*

Graça Carvalho

Sonia de Onofre

## Contexto Operacional

A Universidade Federal Fluminense, com sede na cidade de Niterói e âmbito em todo o Estado do Rio de Janeiro, criada pela Lei 3.848 de 18 de dezembro de 1960, instituída conforme a Lei n.º 3.958 de 13 de setembro de 1961, reestruturada nos termos do Decreto n.º 62.414, é uma entidade federal autárquica, de regime especial, com autonomia didática-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira.

A Instituição possui unidades acadêmicas em Niterói e em oito municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro – Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis); Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional); Macaé (Instituto de Ciências da Sociedade); Nova Friburgo (Instituto de Saúde de Nova Friburgo - ISNF); Petrópolis (Escola de Engenharia de Petrópolis); Rio das Ostras (Instituto de Ciência e Tecnologia); Santo Antônio de Pádua (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior - INFES), e Volta Redonda, onde se situam o Instituto de Ciências Humanas de Volta Redonda, a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica (EEIMVR) e o Instituto de Ciências Exatas (ICEx). Além do ensino presencial, a UFF oferece cursos EAD (Educação a Distância) distribuídos em 28 municípios incluindo sua sede em Niterói.

Atualmente, a UFF é constituída por 42 Unidades de Ensino, sendo 25 Institutos, 10 Faculdades, 6 Escolas e 1 Colégio de Aplicação. São ao todo 125 departamentos de ensino, 125 cursos de graduação presenciais e 6 cursos de graduação a distância oferecidos em 28 polos da Universidade Aberta do Brasil, em convênio com o CEDERJ-RJ. Na Pós-Graduação Stricto Sensu são 85 programas de Pós-Graduação e 126 cursos, sendo 44 de doutorado, 66 de mestrado acadêmico

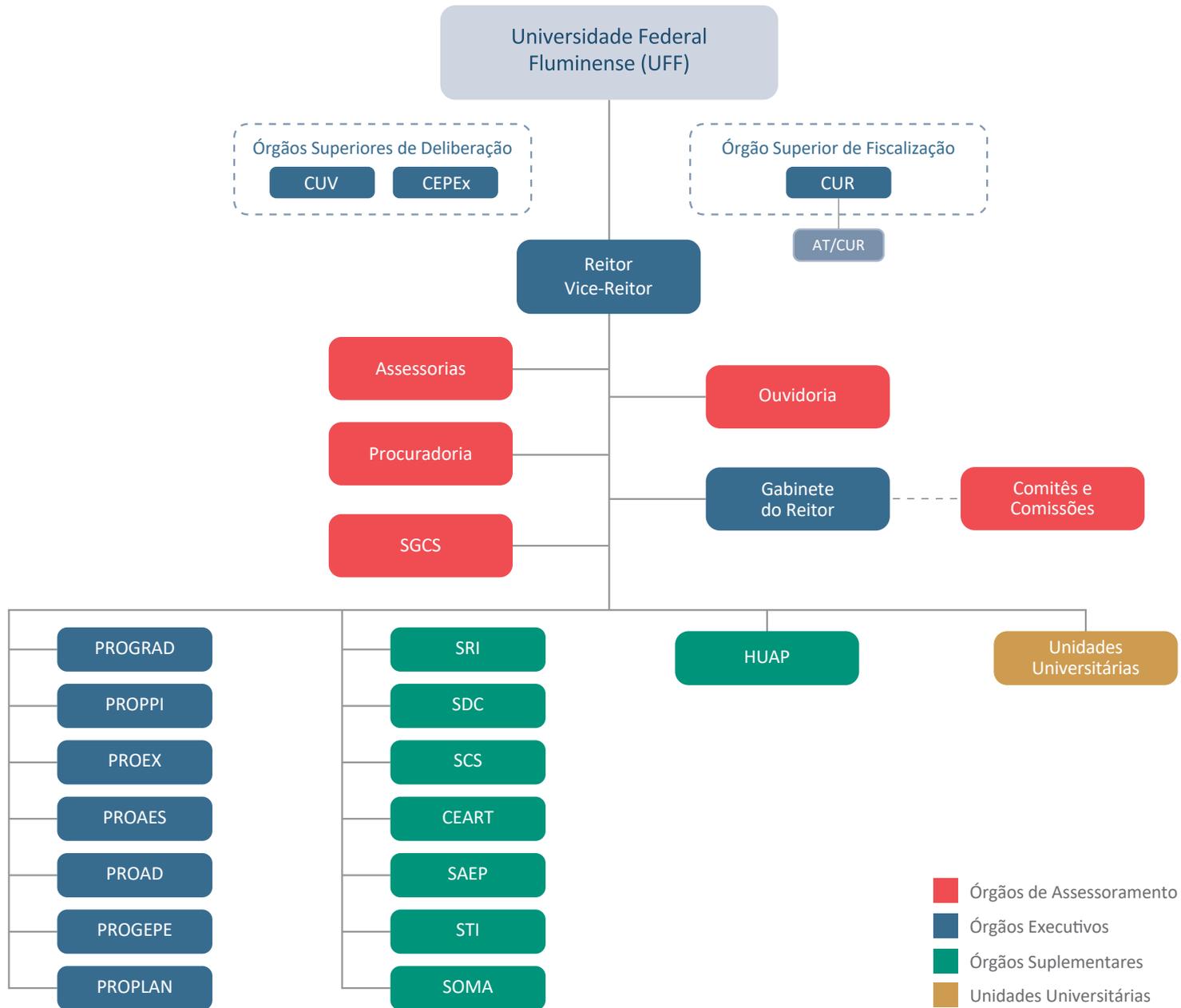
e 16 mestrados profissionais. A Pós-Graduação Lato Sensu apresenta 150 cursos de especialização e 45 programas de residência médica.

A UFF tem em sua estrutura organizacional 10 unidades gestoras, das quais uma é Unidade Gestora Setorial responsável por representar a universidade junto à Setorial de Contabilidade do Ministério da Educação, pertencente ao Governo Federal, e acompanhar e orientar as suas demais unidades no exercício de suas atividades do ponto de vista contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial.

Na referida estrutura organizacional, a Coordenação de Contabilidade – CCONT, pertencente ao Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, na Pró-Reitoria de Planejamento, tem dentro de suas competências o seguinte:

- Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras da Universidade Federal Fluminense;
- Realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Elaborar o Relatório Contábil de Propósito Geral (Declaração do contador, demonstrações contábeis e notas explicativas) e cooperar na elaboração do Relatório de Gestão;
- Gerar informações gerenciais, em apoio ao processo de tomada de decisão.

Além disso, a CCONT/DCF exerce a competência de setorial de contabilidade da Universidade Federal Fluminense. O escopo deste Relatório leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiros e Balanço Orçamentário) consolidadas da Universidade Federal Fluminense.



## 1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal Fluminense foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

A construção das demonstrações contábeis partiu das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e tiveram como escopo as informações contábeis consolidadas das unidades do órgão 26236 – Universidade Federal Fluminense, autarquia integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Balanço Orçamentário (BO);
4. Balanço Financeiro (BF);
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
7. Notas Explicativas.

## 2. Demonstrações Contábeis (valores em unidades de Real - R\$)

Quadro 1 – Balanço patrimonial em R\$

ATIVO	NE	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		205.547.053	177.047.691
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1.	184.020.905	156.511.403
Créditos a Curto Prazo	4.2.	20.342.733	19.681.579
Estoques	4.3.	1.183.415	854.710
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		2.169.748.058	1.733.618.203
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.4.	2.399.781	3.794.731
Investimentos		-	-
Imobilizado	4.5.	2.159.630.849	1.722.189.454
Intangível	4.6.	7.717.428	7.634.018
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.375.295.111</b>	<b>1.910.665.894</b>
PASSIVO		2022	2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	4.7.	401.477.095	481.428.833
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		127.261.795	148.285.699
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		10.993.430	13.523.208
Demais Obrigações a Curto Prazo		263.221.870	319.619.926
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		-	285.800
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	285.800
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	4.8.	<b>1.973.818.016</b>	<b>1.428.951.261</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.375.295.111</b>	<b>1.910.665.894</b>

Quadro 2– Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes em R\$

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	184.020.905	156.511.403	PASSIVO FINANCEIRO	301.204.462	305.788.993
ATIVO PERMANENTE	2.191.274.206	1.754.154.491	PASSIVO PERMANENTE	249.478.753	322.090.833
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.824.611.896</b>	<b>1.282.786.068</b>

Quadro 3 – Quadro de compensações em R\$

ATIVO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	71.956.136	50.786.483
Atos Potenciais Ativos	71.956.136	50.786.483
Garantias e Contragarantias Recebidas	12.248.927	11.238.368
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	50.062.224	34.793.951
Direitos Contratuais	9.644.986	4.754.163
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
	71.956.136	50.786.483

PASSIVO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	554.821.736	481.521.632
Atos Potenciais Passivos	554.821.736	481.521.632
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	9.375.323
Obrigações Contratuais	554.821.736	472.146.309
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
	554.821.736	481.521.632

Quadro 5.15 – Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	(105.968.951)
<b>Recursos Vinculados</b>	(11.214.606)
Educação	(6.331.044)
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(812.770)
Previdência Social (RPPS)	(21.262)
Dívida Pública	(150.036)
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(3.899.493)
	<b>(117.183.557)</b>

Quadro 4 – Demonstração das variações patrimoniais em R\$

	2022	2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>3.565.384.465</b>	<b>2.961.403.005</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	17.511.590	21.189.092
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12	1.088
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.899.767.315</b>	<b>2.702.293.792</b>
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	646.646.349	235.189.911
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.459.199	2.729.121
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>3.028.442.555</b>	<b>2.853.191.131</b>
Pessoal e Encargos	1.284.158.499	1.272.061.335
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	866.794.809	859.067.805
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	192.897.751	199.733.180
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	598.833	899.500
Transferências e Delegações Concedidas	454.633.836	387.851.615
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	176.480.426	86.109.419
Tributárias	237.956	244.739
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	52.640.446	47.223.539
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>536.941.910</b>	<b>108.211.873</b>

Quadro 5 – Balanço orçamentário em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	16.952.884	16.952.884	17.083.215	130.331
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.494.517	2.494.517	2.290.395	(204.122)
Receita Agropecuária	75.130	75.130	10.000	(65.130)
Receita Industrial	14.248	14.248	33.006	18.758
Receitas de Serviços	14.249.006	14.249.006	14.729.878	480.872
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	119.983	119.983	19.935	(100.048)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	16.952.884	16.952.884	17.083.215	130.331
<b>DEFICIT</b>			2.402.909.338	2.402.909.338
<b>TOTAL</b>	16.952.884	16.952.884	2.419.992.552	2.403.039.668
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	8.513.101	-	(8.513.101)
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	8.932.958	-	-
Créditos Cancelados	-	(419.857)	-	-

Quadro 6– Balanço orçamentário em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	2.337.463.249	2.341.179.350	2.380.745.535	2.300.168.241	2.149.979.583	(39.566.185)
Pessoal e Encargos Sociais	2.081.776.343	2.111.207.777	2.081.334.179	2.080.894.761	1.948.363.914	29.873.598
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	255.686.906	229.971.573	299.411.356	219.273.480	201.615.669	(69.439.783)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>34.458.307</b>	<b>39.255.307</b>	<b>39.247.018</b>	<b>6.472.490</b>	<b>5.781.434</b>	<b>8.289</b>
Investimentos	34.458.307	39.255.307	39.247.018	6.472.490	5.781.434	8.289
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.371.921.556</b>	<b>2.380.434.657</b>	<b>2.419.992.552</b>	<b>2.306.640.731</b>	<b>2.155.761.018</b>	<b>(39.557.895)</b>

Quadro 7 – Anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.296.147	62.941.742	63.643.611	63.440.782	2.242.698	10.554.410
Pessoal e Encargos Sociais	76.054	266.545	255.050	255.050	74.855	12.694
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.220.092	62.675.198	63.388.561	63.185.732	2.167.842	10.541.716
DESPESAS DE CAPITAL	29.269.668	40.657.636	44.105.145	43.724.815	319.441	25.883.048
Investimentos	29.269.668	40.657.636	44.105.145	43.724.815	319.441	25.883.048
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	42.565.814	103.599.379	107.748.756	107.165.597	2.562.139	36.437.458

Quadro 8 – Anexo 2 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e nao processados liquidados em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	382.894	158.102.264	57.831.397	271.591	382.170
Pessoal e Encargos Sociais	-	140.054.910	39.783.898	271.012	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	382.894	18.047.354	18.047.498	579	382.170
DESPESAS DE CAPITAL	83.452	953.661	953.661	-	83.452
Investimentos	83.452	953.661	953.661	-	83.452
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	466.346	159.055.925	58.785.058	271.591	65.622

Quadro 9 – Balanço financeiro em R\$

INGRESSOS	2022	2021
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>17.083.215</b>	<b>20.499.317</b>
Ordinárias	-	-
Vinculadas	18.729.234	22.586.892
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.646.020	-2.087.575
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.866.612.896</b>	<b>2.699.985.771</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	2.668.425.755	2.517.781.985
Repasso Recebido	2.327.075.586	2.228.575.884
Sub-repasso Recebido	341.350.169	289.206.101
Independentes da Execução Orçamentária	198.187.141	182.203.785
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>268.325.968</b>	<b>265.395.462</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	150.879.713	157.965.287
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	113.351.822	103.599.379
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.140.151	1.090.935
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.954.283	2.739.862
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>156.511.403</b>	<b>162.706.025</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	156.511.403	162.706.025
<b>Total</b>	<b>3.308.533.482</b>	<b>3.148.586.576</b>

DISPÊNDIOS	2022	2021
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>2.419.992.552</b>	<b>2.358.091.160</b>
Ordinárias	1.546.928.527	1.506.481.551
Vinculadas	873.064.025	851.609.609
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>437.396.865</b>	<b>386.917.750</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	341.447.133	289.299.987
Repasso Concedido	96.964	93.139
Sub-repasso Concedido	341.350.169	289.206.101
Repasso Devolvido		746
Independentes da Execução Orçamentária	95.949.732	97.617.763
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>267.123.159</b>	<b>247.066.263</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	158.785.058	138.820.954
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	107.165.597	107.151.355
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.172.504	1.086.985
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	6.969
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>184.020.905</b>	<b>156.511.403</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	184.020.905	156.511.403
<b>Total</b>	<b>3.308.533.482</b>	<b>3.148.586.576</b>

Quadro 10 – Demonstração dos fluxos de caixa em R\$

	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>77.969.413</b>	<b>13.821.909</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.887.790.544</b>	<b>2.724.315.884</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	2.290.395	2.091.649
Receita Agropecuária	10.000	-
Receita Industrial	33.006	3.100
Receita de Serviços	14.729.878	18.330.309
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	19.935	74.259
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.870.707.330	2.703.816.567
Ingressos Extraorçamentários	1.140.151	1.090.935
Restituições a Pagar	672	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.866.612.896	2.699.985.771
Arrecadação de Outra Unidade	2.953.611	2.739.862
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>(2.809.821.131)</b>	<b>(2.710.493.975)</b>
Pessoal e Demais Despesas	(2.143.163.282)	(2.091.866.726)
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	(228.088.479)	(230.615.545)
Outros Desembolsos Operacionais	(438.569.370)	(388.011.704)

	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(50.459.911)</b>	<b>(20.016.532)</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>(50.459.911)</b>	<b>(20.016.532)</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	(48.059.736)	(19.864.159)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	(2.400.175)	(152.374)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>27.509.502</b>	<b>(6.194.623)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>156.511.403</b>	<b>162.706.025</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>184.020.905</b>	<b>156.511.403</b>

Quadro 11 – Demonstração das mutações patrimoniais em R\$

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	1.428.951.261	-	-	1.428.951.261
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	7.539.240	-	-	7.539.240
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	(91.892)	-	-	-91.892
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	536.941.910	-	-	536.941.910
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	1.973.340.520	-	-	1.973.340.520

### 3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Com base nas premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público e nas normas brasileiras de contabilidade, foram adotados os seguintes critérios e políticas contábeis:

#### 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### 3.2. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

#### 3.3. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo referentes, principalmente, a créditos não tributários e dívida ativa. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### 3.4. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relativos à dívida ativa e outros créditos com expectativa de recebimento superior a 12 meses. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e,

quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### 3.5. Ajuste para perdas com créditos inscritos em dívida ativa

A UFF classifica os créditos inscritos em dívida ativa da seguinte forma: I) Devedor; II) Parcelamento; III) Exigibilidade Suspensa (Processo Judicial). Os créditos classificados como I e II estão registrados em contas de ativo, enquanto os créditos com exigibilidade suspensa estão evidenciados em contas de controle.

Utiliza-se para o cálculo do ajuste para perdas a classificação dos créditos por níveis de riscos decorrentes da expectativa de recuperação, com base na Portaria 293/2017 do Ministério da Fazenda. Os créditos classificados como A ou B apresentam alta ou média perspectiva de recuperação e prazo inferior a 10 anos. O ajuste para perdas é calculado mediante a aplicação do percentual de 30% e 50% para créditos classificados nos níveis (Rating) A e B, respectivamente.

#### 3.6. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis da Universidade Federal Fluminense são apuradas pelo sistema desenvolvido internamente - SISAP (Sistema de Administração Patrimonial). O cálculo da depreciação contempla apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP. O sistema conta com uma base inventariada de 70% do total de bens móveis da universidade, sobre a qual tem sido registrada mensalmente a depreciação. Utiliza-se o método das cotas constantes, com base em tabela contida no manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF.

#### 3.7. Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

##### 3.7.1. Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área cons-

truída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

### 3.7.2. Atualização

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Essas atualizações serão processadas mediante aplicação de variação percentual da PVG – Planta de Valores Genérica – vinculada ao respectivo imóvel, ao valor do terreno e do CUB – Custo Unitário Básico – ao valor contábil líquido da acessão. Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

### 3.7.3. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

### 3.8. Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apre-

sentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

### 3.9. Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na UFF, compreendem os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

### 3.10. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos, ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

### 3.11. Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### 3.12. Resultado Financeiro

O resultado financeiro consiste no confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da Universidade Federal Fluminense.

## 4. Notas Explicativas

### 4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa está composta por recursos aplicados na Conta Única, cauções recebidas em demais contas e recursos disponíveis destinados ao cumprimento de obrigações assumidas em função da execução do orçamento da universidade, além de transferências financeiras recebidas para desenvolvimento de estudos e projetos decorrentes de acordos e convênios firmados com outros Órgãos.

No exercício de 2022, baixou-se o valor de R\$33,353 mil de Caixa e Equivalentes de Caixa, conta corrente Caixa Econômica Federal, depósitos em caução resgatados após proceder a conciliação bancária.

### 4.2. Créditos a Receber

Os créditos a receber registrados no Ativo Circulante da Universidade Federal Fluminense são compostos principalmente por restituições de pagamentos indevidos; reembolso da remuneração de pessoal cedido para atuação em outros órgãos; dívida ativa de curto prazo, cuja expectativa de recebimento não supera o fim do exercício subsequente; cessão de áreas públicas, através de permissão de uso de espaço da universidade, parcelamento de dívidas e adiantamentos e apropriações por competência.

Tabela 1 – em R\$

Créditos a Receber - Curto Prazo	DEZ/2022	DEZ/2021
<b>Dívida ativa não tributária - consolidação</b>	<b>9.263</b>	<b>6.015</b>
<b>Salários e ordenados - pagamento antecipado</b>	<b>0</b>	<b>447.068</b>
<b>Por Cessão de Pessoal</b>	<b>278.642</b>	<b>463.748</b>
<b>Por cessão de áreas públicas</b>	<b>263.105</b>	<b>233.915</b>
Acerto financeiro com servidor/ex servidor	1.190.446	701.968
Decorrentes de restituição via folha pagamento	19.844.327	18.596.804
Créditos parcelados	42.903	62.887
	21.628.686	20.512.406
Ajuste para Perdas	(1.285.953)	(830.827)
	<b>20.342.733</b>	<b>19.681.579</b>

#### 4.2.1. Décimo Terceiro Salário, Férias e Demais Adiantamentos

Os desembolsos do 13º salário e Férias pagos aos servidores da Universidade Federal Fluminense ocorrem, principalmente, nos meses de janeiro e julho. Acontece, contudo, que o referido pagamento não compete necessariamente ao mês no qual houve a saída financeira de recurso. Desse modo, em razão do regime contábil de competência, registra-se o desembolso no ativo como uma antecipação e a sua apropriação no resultado vai ocorrendo mensalmente até o total reconhecimento contábil da despesa. No mês de dezembro todo saldo referente a 13º salário, férias e adiantamento de suprimento de fundos, em razão de sua competência, transitam integralmente pelo resultado do exercício.

#### 4.2.2. Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

Os créditos a receber por Cessão de Pessoal decorrem do direito de restituição do pagamento de despesas de pessoal com servidores que se encontram em exercício em outros órgãos. O saldo dos créditos a receber por cessão de pessoal diminuiu 40% em relação a dezembro de 2021. Tal fato se deve ao encaminhamento dos créditos, cujas tratativas de recebimento esgotaram-se administrativamente, à Procuradoria Federal para ajuizamento de ação de execução fiscal. Os créditos encaminhados, no valor originário de R\$214,7 mil, foram desincorporados do ativo circulante e inscritos como dívida ativa não tributária de longo prazo no grupo Realizável a Longo Prazo.

#### 4.2.3. Créditos a Receber decorrentes de acerto em folha de pagamento

Este item representa os débitos apurados pela administração pública decorrentes por exemplo de acúmulo indevido de cargo por servidor ou outro procedimento que resulte em exigência de restituição ao erário através de desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei 8.112/90. Considerando que o débito do servidor é descontado mensalmente de sua remuneração, este crédito a receber apresenta alta expectativa de recuperabilidade. Por essa razão, não se espera ocorrência eventual de perda por insolvência.

#### 4.2.4. Créditos Parcelados

A variação negativa de 30% observada nos créditos parcelados ocorreu em razão do ajuizamento de ação de cobrança judicial e consequente inscrição em dívida ativa de créditos decorrentes de acordo de parcelamento não cumprido e esgotadas as vias administrativas.

#### 4.2.5. Dívida Ativa Não Tributária de Curto Prazo

Os créditos inscritos em dívida ativa não tributária com expectativa de recebimento até o fim do exercício subsequente são registrados no ativo circulante. Essa expectativa se fundamenta em acordos de parcelamentos firmados pelo devedor com a Procuradoria da Fazenda Nacional. As parcelas com vencimento até 31 de dezembro de 2023 foram classificadas como de curto prazo e as restantes contabilizadas como realizáveis a longo prazo.

#### 4.2.6. Ajuste para Perdas com Créditos de Curto Prazo

O registro do ajuste para perdas com créditos a receber de curto prazo tem como objetivo ajustar o valor do crédito levando em conta possíveis perdas por insolvência. Ou seja, dos valores a receber presume-se, observado o movimento histórico da conta, que haverá um percentual de créditos que não serão recebidos.

Tabela 2 – em R\$

Ajuste para perdas - Créditos a Receber de Curto Prazo	Valor Contábil Bruto	Ajuste para Perdas	Valor Contábil Líquido
Cessão de Pessoal	278.642	(64.774)	213.868
Acerto Financeiro com Servidor/ex servidor	1.190.446	(1.190.446)	-
Cessão de Áreas Públicas	263.105	(30.732)	232.373

O cálculo das perdas estimadas referentes à cessão de pessoal foi fundamentado no histórico de recebimento dos últimos três exercícios (2020, 2021 e 2022). No período usado como base para o cálculo, constatou-se uma taxa média de 23,25% de não recebimento de créditos. Sendo assim, existe a expectativa de uma perda futura de R\$64.774,72, tendo como referência o saldo da conta de crédito a receber por cessão de pessoal em 31 de dezembro de 2022.

Em relação aos créditos referentes a acertos financeiros, considerando seu histórico de baixíssima recuperabilidade e tendo em vista que estes referem-se principalmente a pagamento pós-óbito, foi adotada uma taxa de perda estimada de 100% sobre o saldo da conta.

No exercício de 2022, a Universidade Federal Fluminense passou a reconhecer a expectativa de perda também sobre os seus créditos a receber por cessão de áreas públicas. O cálculo do ajuste para perdas estimadas teve como base a movimentação dentro do próprio exercício, tendo em vista que os registros contábeis referentes ao item em exercícios anteriores foram insuficientes e poderiam corromper a base de cálculo. O percentual de perda estimada definido através da taxa de recebimento destes créditos, tendo como parâmetro o exercício de 2022, foi de 11,72%. A aplicação do percentual sobre o saldo da conta resultou no valor de R\$30.732,41 como expectativa de perda futura.

#### 4.3. Estoque

Estoques compreendem ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem utilizados no processo de produção ou na prestação de serviços e mantidos para venda, distribuição ou uso no curso normal das operações. Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição, produção, construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O estoque da Universidade Federal Fluminense é composto por mercadorias para venda e revenda, representado por livros adquiridos e produzidos pela Editora Universitária da UFF (EDUFF) e comercializados em conformidade com o objetivo da editora: divulgar e distribuir o conhecimento produzido na comunidade acadêmica. No exercício de 2022, a Editora produziu R\$ 478.720,00, os quais representaram entradas no estoque no decorrer do exercício. As baixas de estoque foram de R\$ 150.014,94. Devido a estas movimentações, o estoque de livros para venda e revenda apresentou uma elevação de R\$854.709,57 para R\$1.183.414,63.

#### 4.4. Ativo Realizável a Longo Prazo

A totalidade dos créditos registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo é composta pela dívida ativa não tributária. Estes créditos encontram-se em trânsito judicial e são ajustados contabilmente quando da emissão de decisão judicial que impacte a expectativa de recuperação do crédito.

Os créditos são ajustados com base em possível perda (Ajuste para Perdas Estimadas), utilizando o método de classificação de Riscos (Rating), orientado pela Portaria do Ministério da Fazenda 293 de 2017. Segundo a portaria os créditos devem ser classificados em diferentes níveis de risco, A até D, em razão da expectativa de recuperação.

Os créditos classificados como A e B, os mais prováveis, devem ter sob o seu saldo o reconhecimento de um ajuste para perdas de 30% e 50%, respectivamente. Já os créditos classificados como C e D não devem estar contidos no ativo do órgão, pois não atendem aos requisitos para reconhecimento em função da baixa expectativa de fluidez de benefícios futuros. Desta

forma, estes créditos são classificados como Ativos Contingentes e registrados em contas de controle.

Os créditos parcelados não foram objeto do ajuste para perdas, tendo em vista o acordo de pagamento firmado entre as partes. Na hipótese de descumprimento do parcelamento, o saldo passa a dispor de condições para sofrer ajuste para perdas.

Considerando a necessidade de atendimento à macrofunção 021112 - Dívida Ativa da União, bem como às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, foi realizada uma avaliação da situação dos créditos inscritos em dívida ativa registrados no SIAFI, para adequá-los às exigências legais referentes à transparência, eficiência e controle dos recursos públicos.

#### 4.5. Imobilizado

O grupo imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. São reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de dezembro de 2022, a Universidade Federal Fluminense apresentou a seguinte composição de imobilizado:

Tabela 3 – em R\$

IMOBILIZADO	dez-22	dez-21
Bens Móveis	382.657	356.289
( - ) Depreciação Acumulada	(35.149)	(27.799)
	347.508	328.490
Bens imóveis	1.183.629	1.393.663
( - ) Depreciação Acumulada	(1.506)	(5.963)
	1.182.123	1.387.700
<b>Total</b>	<b>1.529.631</b>	<b>1.716.190</b>

#### 4.5.1. Bens Móveis

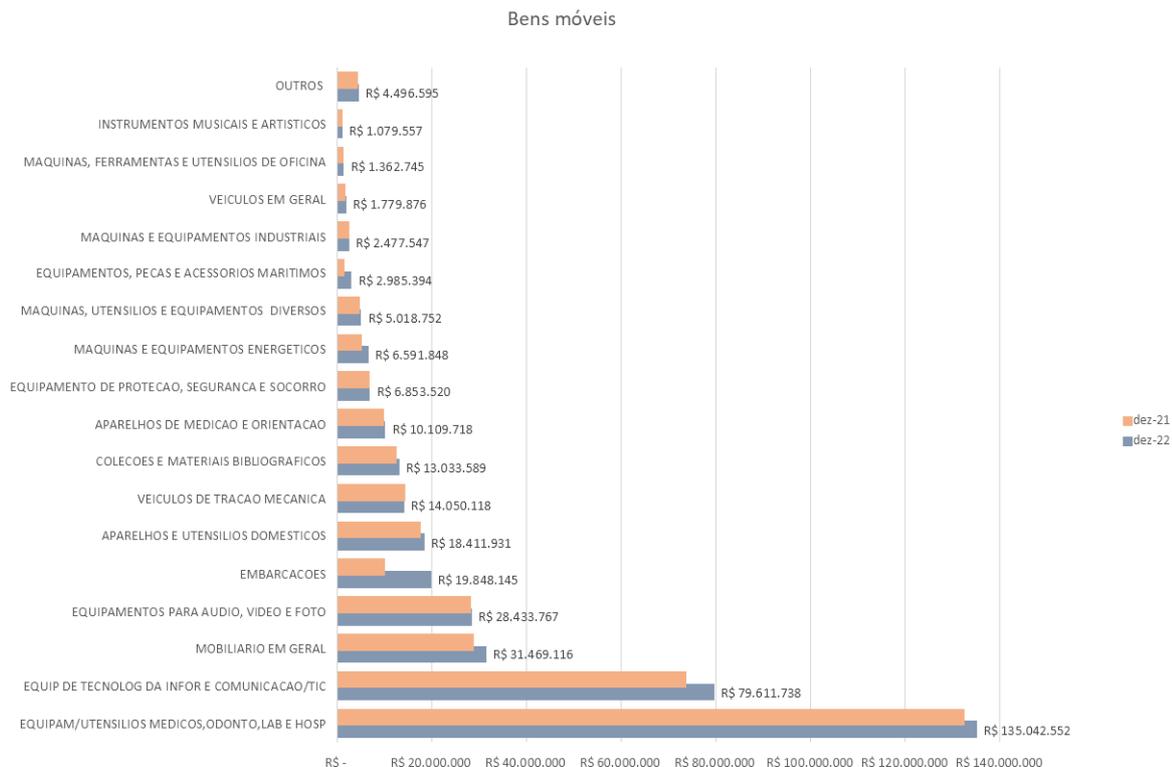
No exercício de 2022, houve aumento patrimonial de bens móveis de aproximadamente R\$ 26 milhões, traduzidos pelos seguintes fatos relevantes:

Incorporação de Navio Escola Ciências do Mar III, no valor de R\$9.872.178,01, recebido em doação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, contabilmente classificado como Embarcações. Também foram doados pela mesma entidade equipamentos, peças e acessórios marítimos no valor de R\$1.577.497,42;

Incorporação de unidade laboratorial de pirolise lenta recebida em comodato da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ no valor de R\$817,5 mil, que impactou materialmente a conta Máquinas e Equipamentos Energéticos. Outro fato que contribuiu para a variação na conta foi a aquisição de 465 Nobreaks, valor total de R\$258,8 mil, para atender às necessidades das unidades administrativas e acadêmicas no retorno às atividades presenciais;

Compra de aproximadamente R\$ 5 milhões referentes a equipamentos de tecnologia da informação.

Tabela 4 - Gráfico



Registrou-se no exercício baixas por inservibilidade de bens no valor total de R\$1,061 milhão, lançadas resultado do exercício como variação patrimonial diminutiva. As circunstâncias referentes às condições físicas dos ativos baixados foram apuradas através de comissão de alienação de bens, que constatou precariedade e irreuperabilidade de uso.

#### 5.5.1.2. Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para reconhecimento da depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

A taxa e valor residual praticados pela Universidade Federal Fluminense para o cálculo da depreciação de seu grupo de contas do ativo imobilizado referente a bens móveis baseia-se no item 6.2 da Macrofunção 020300 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND:

“6.2 - O administrador deverá seguir a tabela de vida útil e valor residual, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.”

A taxa de depreciação e valor residual usados para o cálculo da depreciação na Universidade Federal Fluminense seguem o disposto no Manual do SIAFI, Macrofunção 020300, item 6.3. - Tabela de vida útil e valor residual, disponível no link <https://manuais.tesouro.gov.br/siafi/020330>.

#### 5.5.1.3 – Inventário anual de Bens Móveis

A Universidade Federal Fluminense, através da Coordenação de Administração Patrimonial – CAP/SAEP, realiza o inventário anual através da ferramenta de inventário online, desenvolvida internamente, por meio da qual são definidos agentes patrimoniais em cada unidade, nomeados formalmente e treinados, para levantar as informações referentes aos seus bens e inseri-las virtualmente no SISAP – Sistema de Administração Patrimonial.

O inventário de 2022 da UFF atingiu o percentual de classificação de 70,67%, cerca de 192,8 mil bens, do total de bens da Instituição (272,8 mil unidades), patamar similar ao inventário anterior, realizado em 2019, cuja classificação atingiu 70% dos bens. Nos exercícios de 2020 e 2021 não houve procedimento de inventário anual devido às restrições impostas pela crise sanitária da Pandemia da Covid 19.

A abertura do procedimento de 2022 iniciou em primeiro de junho de 2022 e teve seu fim em 31/12/2022, e contou com a participação de 362 servidores classificados como agentes patrimoniais, além dos servidores envolvidos no gerenciamento do inventário.

Dentre as dificuldades encontradas para realização do procedimento destaca-se o retorno de Pós-Pandemia, em que algumas unidades tiveram dificuldades na realização dos trabalhos, em virtude principalmente da não utilização do sistema de inventário pelos usuários durante este longo período.

Até o exercício objeto deste relatório, o gerenciamento de bens patrimoniais na UFF foi realizado através do SISAP, que cumpriu o seu papel com satisfatório desempenho, principalmente, diante de um contexto na administração pública composto pelo grande desafio de inventariar e registrar a depreciação de bens móveis. Nos exercícios futuros, contudo, a UFF fará o uso do Sistema integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, não sendo possível determinar a data exata do início de atividade porém já em fase de implantação junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

“O Siads é uma solução que possibilita aos órgãos da Administração Pública Federal um controle completo e efetivo de seus estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte.

O sistema permite o controle permanente de depreciação dos bens, viabiliza a realização de inventário eletrônico em plataforma mobile e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), em tempo real por meio do Siads<sup>1</sup>”

O uso do SIADS pelos órgãos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal, foi determinado pela Portaria do Ministério da Economia N° 232/2020 e alterada pela 4.378/22, com alteração do prazo máximo de implantação para 1° de julho de 2023.

“ Art. 1º A Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º-A Fica definido, em caráter excepcional, após avaliação da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o prazo máximo de 1º de julho de 2023, para que os órgãos e as entidades que ainda não implementaram o Siads adotem as providências necessárias a sua implantação.” (NR)”<sup>2</sup>

Espera-se com a adesão ao SIADS conciliar totalmente a relação físico-contábil dos bens móveis da Instituição, uma vez que a ferramenta é integrada ao sistema de contabilidade do Governo Federal, o SIAFI.

#### 4.5.2. Bens Imóveis

Em 31/12/2022, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$1,812 bilhão referente a Bens imóveis, composto da seguinte forma:

Tabela 5 – em R\$

Bens imóveis	dez-22	dez-21
Terrenos/Glebas	10.396.770	9.996.044
Imóveis de Uso Educacional	1.458.826.914	1.065.925.900
Hospitais	111.085.994	111.247.679
Obras em Andamento	232.731.929	211.959.617
Estudos e Projetos	373.758	373.758
Instalações	213.934	159.848
	1.813.629.299	1.399.662.846
( - ) Depreciação Acumulada	(1.056.085)	(5.962.859)
	<b>1.812.573.214</b>	<b>1.393.699.987</b>

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/gestao-patrimonial/siads>

<sup>2</sup> Portaria ME Nº 4.378, de 11 de maio de 2022

Observa-se no quadro uma redução significativa na depreciação acumulada referente aos bens imóveis. Isto porque foram realizadas contabilizações pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, sob o título de ajuste de depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET visando à conciliação entre SPU e SIAFI. O referido procedimento resultou em uma redução de R\$5,046 milhões e teve como contrapartida a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

No exercício de 2022, os imóveis da Universidade foram reavaliados em sua totalidade por meio do método do valor justo de mercado em nível rigoroso, nos termos da Instrução Normativa Conjunta SPU/STN 703/2014. Este procedimento foi responsável pela variação positiva de 36,86% em comparação com o exercício anterior do saldo dos imóveis de uso educação. Registrou-se no período R\$ 443,2 milhões como variação patrimonial aumentativa decorrente de valorização de ativos e R\$ 71,5 milhões como desvalorização de ativos.

No decorrer do exercício, a conta de Obras em Andamento, onde são registrados os custos das construções e bem feitorias em execução na universidade, sofreu as seguintes baixas:

Tabela 6 – em R\$

DESINCORPORAÇÕES DE OBRAS EM ANDAMENTO	R\$
BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMULACAO DA REDE ELETRICA DO POLO UNIVERSITARIO DE NOVA FRIBURGO - SUBESTACAO ENERGIA ELETRICA, CONTRATO: 34/2013, PROCESSO: 23069.005610/2011-71.	224.432
BAIXA DE OBRA DE REFORMA DO CENTRO DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DO IDOSO E SEUS CUIDADORES, EASIC. PROCESSO : 23069.001737/11-11	139.493
BAIXA DO SALDO REMANESCENTE DE R\$91.891,64, REFERENTE A CONSTRUCAO DE PREDIO DO DEPARTAMENTO DE GRADUACAO DE MATEMATICA DO POLO AVANÇADO DE SANTO ANTONIO DE PADUA, CONTRATO 10/2008, TENDO EM VISTA QUE A OBRA JA FOI CONCLUIDA E O IMOVEL CONSTRUÍDO, RIP 5893000195004, JA TEVE SEU VALOR ATUALIZADO.	91.892
BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUCAO DE PREDIO COM 01 PAVIMENTO PARA SALAS DE AULA NA FACULDADE DE ARQUITETURA, CAMPUS PRAIA VERMELHA, CONTRATO 54/10. PROC 2745/10-02.	151.953
BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE AMPLIACAO E REFORMA DO INSTITUTO DE FISICA, CONTRATO 62/2010.	14.885.417
BAIXA DE SALDO REMANESCENTE DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO, CONTRATO 63/10 , CONSTRUCAO DE UM PREDIO DE 05 PAVIMENTOS NO ICHF.	42.029
BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE DA AMPLIACAO E ADEQUACAO DO SETOR DE ROUPARIA HOSPITALAR, OFICINAS DE MANUTENCAO PREDIAL E SETORES ADMINISTRATIVOS DO HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO, CONTRATO Nº 32/2018, PROCESSO SEI Nº 23069.077980/2018-87.	1.359.462
<b>TOTAL</b>	<b>16.894.678</b>

#### 4.5.2.1. Depreciação dos Bens imóveis

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNET.

O SPIUNET é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- a. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- b. Reavaliados, aqueles nos quais:
  - » Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
  - » Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
  - » Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### 4.6. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos.

Ativos intangíveis obtidos a título gratuito foram avaliados ao valor de mercado, tendo em vista refletir melhor e de forma mais segura o valor do ativo. Em 31/12/2022 a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 7,717 milhões relacionados ao intangível, classificado em sua totalidade como de vida útil indefinida.

A UFF encontra-se em fase de reorganização das rotinas referentes à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, objetivando a criação de um controle patrimonial mais eficiente e capaz de produzir informações que reproduzam com fidedignidade a realidade patrimonial do órgão. Embora em fase de aperfeiçoamento, o controle patrimonial desta Universidade é ainda insuficiente para gerar informações seguras e confiáveis para a determinação da vida útil dos ativos intangíveis, e posterior contabilização da amortização. Sendo assim, os ativos intangíveis são classificados como de vida útil indefinida, até determinação confiável de seu tempo de utilidade.

No exercício de 2021, foi criada uma comissão de Bens Intangíveis, através da Portaria 68.272/2021, com o objetivo de estruturar as normas e procedimentos relativos à mensuração e classificação da vida útil dos ativos intangíveis e mapeamento do processo de registros de marcas e patentes junto ao INPI.

#### 4.7. Passivo Circulante

As obrigações de curto prazo vigentes em 31 de dezembro de 2022 estão dispostas no passivo circulante com a seguinte distribuição, em R\$:

Tabela 7 – em R\$

PASSIVO CIRCULANTE	dez-22	dez-21
Salários, Remunerações e Benefícios	R\$ 125.693.947	R\$ 133.729.194
Benefícios previdenciários e assistenciais a Pagar	R\$ 821.794	R\$ 689.559
Contribuições previdenciárias e assistência médica	R\$ 1.931.320	R\$ 299.604
Fornecedores e Contas a Pagar	R\$ 11.048.797	R\$ 13.575.194
Precatórios a pagar	R\$ 0	R\$ 28.821.435
Retenções Diversas	R\$ 10.977.065	R\$ 8.404.581
Tributos	R\$ 109.447	R\$ 75.444
Depósitos e Cauções recebidos	R\$ 69.175	R\$ 101.528
Incentivos a educação, cultura e outros	R\$ 1.346.798	R\$ 1.039.094
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	R\$ 249.478.753	R\$ 292.983.598
<b>Total</b>	<b>R\$ 401.477.095</b>	<b>R\$ 479.719.232</b>

Dentre as obrigações constam passivos referentes a folha de pagamento (salários, benefícios, contribuições e retenções), obrigações tributárias, pagamento de fornecedores, incentivos, precatórios e transferências financeiras a comprovar.

Transferências financeiras a comprovar consistem num passivo oriundo do recebimento de recursos financeiros através de transferências por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED para desenvolvimento de atividades em cooperação com outros órgãos. O reconhecimento no passivo se deve ao fato de que a entidade recebedora da transferência tem uma obrigação perante à transferidora que só findará quando da entrega do objeto do termo e sua respectiva aprovação de contas. Somente após aprovada a prestação de contas será desincorporado o passivo correspondente à transferência recebida.

Tabela 8 – em R\$

Movimentação - Transferências Financeiras a Comprovar	R\$
Saldo da Conta de Transferências Financeiras a Comprovar no início de 2022	292.983.598
Desincorporação em razão de aprovação de Prestação de Contas no exercício de 2022	(121.103.152)
Incorporação de novas Transferências financeiras no exercício de 2022	77.598.308
Saldo da conta de Transferências Financeiras a Comprovar em dez2022	249.478.753

No exercício de 2022, a UFF fez um total de liquidações no valor de R\$219,2 milhões referentes a despesas correntes distribuídas pelas seguintes naturezas de despesa:

Ao detalhar as naturezas de despesa liquidadas mais relevantes dentre todas as liquidações realizadas no exercício, apresenta-se o seguinte quadro, em R\$:

Tabela 9 - LIQUIDADO POR NATUREZA DE DESPESA

Natureza Despesa	Saldo - R\$ )
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	63.542.907
AUXILIO-ALIMENTACAO	36.161.918
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	34.368.321
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	20.332.820
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	16.317.188
INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.955.727
AUXILIO-TRANSPORTE	9.858.200
MATERIAL DE CONSUMO	9.151.983
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	5.454.991
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.955.238
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	3.435.897
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.969.028
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.746.740
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	718.564
CONTRATAcao POR TEMPO DETERMINADO	678.896
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	604.228
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	448.755
PENSOES ESPECIAIS	185.373
CONTRIBUICOES	91.219
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	81.491
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	79.586
MATERIAL, BEM OU SERVICIO P/ DISTRIB. GRATUITA	66.725
CONTRIBUICOES	44.152
SENTENCAS JUDICIAIS	19.482
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.051
	<b>219.273.480</b>

Tabela 10 – em R\$

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	DEZ/2022	DEZ/2021
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	23.899.869	41.879.744
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	15.405.466	9.975.034
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	8.190.372	3.552.136
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	8.053.853	3.759.584
LOCACAO BENS MOV. OUT.NATUREZAS E INTANGIVEIS	1.634.281	1.862.463
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	1.105.890	446.960
TAXA DE ADMINISTRACAO	1.070.352	1.342
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	943.600	2.734.250
SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS	943.544	596.973
LOCACAO DE IMOVEIS	453.482	375.005
DEMAIS NATUREZAS DE DESPESA	1.842.198	1.832.870
	63.542.907	414.658

Tabela 11 – em R\$

LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	DEZ/2022	DEZ/2021
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	16.036.119	10.134.386
LIMPEZA E CONSERVACAO	8.929.552	5.991.956
VIGILANCIA OSTENSIVA	5.376.544	3.426.827
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.318.841	2.000.198
SERVICOS DE COPA E COZINHA	1.707.265	235.198
	34.368.321	21.788.565

Tabela 12 – em R\$

MATERIAL DE CONSUMO	DEZ/2022	DEZ/2021
GENEROS DE ALIMENTACAO	5.566.550	94.732
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	567.845	298.791
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	489.816	47.194
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	308.860	333.329
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	307.776	255.148
MATERIAL LABORATORIAL	256.513	71.217
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	226.649	59.315
MATERIAL QUIMICO	195.376	96.220
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	179.276	42.767
MATERIAL BIOLOGICO	136.693	26.681
MATERIAL ODONTOLOGICO	126.430	53.381
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	113.389	146.960
MATERIAL DE EXPEDIENTE	112.892	65.807
DEMAIS	563.917	316.319
	9.151.983	1.907.860

#### 4.8. Ajuste de Exercícios Anteriores

O saldo da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores no encerramento do exercício de 2022 foi composto pelos seguintes ajustes contábeis, em R\$:

Tabela 13

Ajuste de Exercícios Anteriores	
Ajuste de saldo de precatórios alimentares realizados por Tribunais Federais	2.763.867
Conciliação na Depreciação Acumulada de bens imóveis realizada pela STN	5.046.385
Ajuste contábil de depreciação após conciliação entre SIAFI e SISAP	477.497
Baixa de saldo remanescente de obra em andamento	(91.892)
Regularização contábil por desincorporação de passivo referente a exercício anterior	(271.012)
	7.924.845

Contabilizou-se em ajuste de exercícios anteriores a baixa do saldo remanescente de R\$91.891,64, registrado na conta Obras em Andamento, referente à construção de prédio do Departamento de graduação de Matemática do Polo Avançado de Santo Antônio de Pádua, contrato 10/2008. A obra já foi concluída e o imóvel construído já teve seu valor reavaliado e incluído no patrimônio da Universidade sob o RIP 5893000195004.

Também transitou pela conta de ajuste de exercícios anteriores ajustes de saldo de precatórios alimentares, realizados pelo Tribunal Regional Federal – TRF da Segunda Região, no montante de R\$ 2,763 milhões.

Além destes, houve ainda contabilizações realizadas pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Federal, ao título de ajuste de depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET visando à conciliação entre SPU e SIAFI. O referido procedimento resultou em uma redução da conta de depreciação acumulada referente a bens imóveis no valor R\$5,046 milhões e contrapartida na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Houve ainda ajustes realizados pela contabilidade da Universidade Federal Fluminense para conciliação entre o SISAP e o saldo de depreciação acumulada de bens móveis no SIAFI no valor de R\$477,4 mil reais e também para desincorporação de passivo, no valor de R\$271 mil, cujo desembolso não mais ocorreria.

#### 4.9. Destaque recebido (Balanço Orçamentário)

A Universidade Federal Fluminense recebeu no exercício de 2022 o total de R\$74,552 milhões referentes a descentralização externa de crédito orçamentário, emitidas pelas seguintes unidades gestoras:

Tabela 14 – em R\$

UNIDADE GESTORA		VALOR R\$
110537	AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA	1.584
114702	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	25.519
130148	SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV.	1.041.259
152734	COORD-GERAL DE SUP. A GESTAO ORCAMENT/SPO/MEC	19.657.005
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	12.907
153057	HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	0
153063	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	1.006
153080	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	4.767
153114	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	5.785
153115	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	701
153163	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	4.441
153167	COLEGIO PEDRO II	3.440
153173	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	1.889.920
153248	PRO-REIT.DE PESQ.E POS-GRAD. E INOVACAO	0
154003	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2.369.825
154034	UNIPIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ	4.915
154047	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1.278
154055	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	112.367
158123	INSTITUTO FED CIENCIA TECNOL SUDESTE MG	259.800
158148	INST. FED. DE EDUC.,CIENC. E TEC. DE RONDONIA	217.522
158658	UNIV. FEDERAL DA INTEGRACAO-LATINO-AMERICANA	5.100
160087	ESTADO-MAIOR DO EXERCITO SETORIAL ORCAMENTARI	246.500
180073	SEC. NAC. ESP., EDUCACAO, LAZER E INC. SOCIAL	8.988.815
200247	ARQUIVO NACIONAL - RJ	6.584
240011	DEPARTAMENTO CULTURAL	104.400
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	5.547.449
344001	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	3.285
373001	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS-DOF	22.350.276
420013	SECRET.DE INOVACAO,DESENV.SUSTENTAVEL E IRRIG	8.000.000
540012	SNDTUR - CONVENIOS	2.203.720
550029	SECRETARIA NACIONAL DE PARADESPORTO	224.115
560015	FUNDO NACIONAL DE HABIT. DE INTERESSE SOCIAL	936.991
672001	DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA DA MARINHA	105.600
772001	DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA DA MARINHA	216.081
		74.552.955

#### 4.10. Receitas orçamentárias (Balanço Orçamentário)

Para o ano de 2022 a previsão orçamentária de arrecadação de receita própria da Universidade Federal Fluminense foi de R\$16,952 milhões<sup>1</sup>. O resultado realizado, no entanto, superou a receita estimada em R\$130,3 mil, atingindo uma arrecadação total de R\$17,083 milhões.

Receita própria é toda receita que ingressa na conta única vinculada à UFF através do pagamento de uma Guia de Recolhimento da União. A Divisão de Apropriação Financeira, pertencente à Coordenação Financeira – COFIN do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, faz a classificação de toda receita arrecadada por fontes de recurso. As fontes indicam a quem pertence a arrecadação, seja a uma Pró-Reitoria, um projeto, uma unidade, um departamento, etc.

A receita de serviços foi a responsável resultado positivo na arrecadação. Por outro lado, as Receitas Patrimoniais, Agropecuárias e Outras Receitas Correntes registraram realização inferior ao previsto para o exercício. As maiores arrecadações foram obtidas por Serviços Educacionais, Aluguéis, Serviços Administrativos e Taxa de Inscrição em Concursos Públicos. A receita de serviços educacionais é responsável pela maior arrecadação na universidade e representa contrapartida pelo fornecimento de cursos, realização de projetos e serviços voltados para a educação.

Em relação às receitas de aluguel, é interessante destacar que 90% do valor arrecadado diz respeito a

<sup>1</sup> A previsão da receita é realizada antes da elaboração da Projeto Orçamentária Anual (PLOA). Esse valor difere do informado no quadro 5.1.3, que se refere ao valor de dotação efetivamente aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para recursos próprios.

contratos com instituições financeiras que alugam espaços na UFF. Já Serviços Administrativos, em geral, são serviços como pagamentos de emissão de diplomas, certificados e outros documentos que têm cobrança para emissão em 1ª ou 2ª via.

#### 4.11. Restos a Pagar (Balanço Orçamentário)

Tabela 15 – em R\$

RESTOS A PAGAR	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
Processados	141.092.024	271.012	140.737.560	83.452
Não Processados	146.165.193	2.562.139	107.165.597	36.437.458
Total	287.257.217	2.833.150	247.903.156	36.520.910



Tabela 16 - restos a pagar processados detalhados por Ação de Governo em R\$

AÇÃO DE GOVERNO		INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	69.975.513			69.975.513	-
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	70.079.397		271.012	69.808.385	-
		140.054.910	-	271.012	139.783.898	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	1.039.094			1.039.094	-
0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	14.020			14.020	-
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	794.636			794.636	-
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	968.785			968.785	-
20JP	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS E EVENTOS D		330.600			330.600
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	396.538	883	579	396.683	160
20U9	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS	901			901	-
20Y4	ARTICULACAO E ORDENAMENTO TURISTICO	103.577			103.577	-
211A	CONSOLIDACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	10.500.000			10.500.000	-
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	3.981.719			3.981.719	-
21AM	ARTICULACAO, COOPERACAO E ATUACAO INTEGRADA PARA O DESENVOLV	166.143			166.143	-
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	22.573			22.573	-
4590	QUALIFICACAO E CERTIFICACAO NO TURISMO		51.411			51.411
8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	59.367			59.367	-
		18.047.354	382.894	579	18.047.498	382.170
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
15R3	APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST	26.372			26.372	-
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	9.875			9.875	-
20JP	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS E EVENTOS D		83.452			83.452
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	37.089			37.089	-
8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	880.326			880.326	-
		953.661	83.452	-	953.661	83.452
<b>TOTAL</b>		<b>141.008.571</b>	<b>83.452</b>	<b>271.012</b>	<b>140.737.560</b>	<b>83.452</b>

Tabela 17 - Restos a pagar não processados detalhados por Ação de Governo em R\$

AÇÃO DE GOVERNO		INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	A LIQUIDAR	LIQUIDADOS	LIQUIDADOS A PAGAR	PAGOS	A PAGAR
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	266.545	76.054	74.855	12.694	255.050	-	255.050	12.694
		266.545	76.054	74.855	12.694	255.050	-	255.050	12.694
OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
00OQ	CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P	2.000	5.000	7.000	-				-
00PI	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	1.525	17.362	7.974	-	10.913	-	10.913	-
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	1.940.083	662.614	409.078	1.556.541	637.078	3.873	633.206	1.560.413
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA	374.861			-	374.861	-	374.861	-
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	29.456		0	-	29.456	-	29.456	-
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	6.800.814	347.024	173.229	631.791	6.342.818	19.108	6.323.710	650.899
20RI	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO BASICA	105.902	7.286	6.602	1.054	105.532	-	105.532	1.054
20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	91.470	2.174	4.717	5.869	83.058	1.006	82.052	6.875
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	31.638.362	5.983.130	1.227.540	6.530.174	29.863.779	178.425	29.685.353	6.708.599
20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	221			221				221
20U9	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS	23.302		0	18.840	4.462	-	4.462	18.840
20Y4	ARTICULACAO E ORDENAMENTO TURISTICO	29.424			-	29.424	-	29.424	-
20YI	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO A SAUDE		249.176	0	-	249.176	-	249.176	-
20ZH	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	1.050.000			-	1.050.000	-	1.050.000	-
20ZM	PRODUCAO E DIFUSAO DE CONHECIMENTO NA AREA CULTURAL	5.880	1.920	1.920	4.880	1.000	-	1.000	4.880
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	63.605	75.711	54.064	-	85.252	-	85.252	-

AÇÃO DE GOVERNO		INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	A LIQUIDAR	LIQUIDADOS	LIQUIDADOS A PAGAR	PAGOS	A PAGAR
218H	SUSTENTABILIDADE, FORMALIZACAO, POSICIONAMENTO E APOIO A COM	660.000			-	660.000	-	660.000	-
21B6	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	122.670			-	122.670	-	122.670	-
21CD	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE	518.278			518.278				518.278
2810	PROMOCAO DO ACESSO AO PATRIMONIO DOCUMENTAL NACIONAL	33.000			-	33.000	-	33.000	-
4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	8.283.580	417.344	101.757	122.792	8.476.374	-	8.476.374	122.792
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	19.904	271.272	95.646	56.401	139.130	-	139.130	56.401
8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	10.691.264	5.142.316	57.822	872.388	14.903.369	417	14.902.952	872.805
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	189.597	37.764	20.494	19.659	187.208	-	187.208	19.659
		62.675.198	13.220.092	2.167.842	10.338.886	63.388.561	202.830	63.185.732	10.541.716
INVESTIMENTOS									
15R3	APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST		275.742		12.279	263.463	-	263.463	12.279
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	64.759	123.198	11.700	134.007	42.249	-	42.249	134.007
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	5.758.929	1.330.778	257.008	2.379.790	4.452.908	13.870	4.439.038	2.393.660
8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	34.833.949	27.539.949	50.733	22.976.642	39.346.525	366.460	38.980.064	23.343.102
		40.657.636	29.269.668	319.441	25.502.718	44.105.145	380.330	43.724.815	25.883.048
TOTAL		103.599.379	42.565.814	2.562.139	35.854.298	107.748.756	583.160	107.165.597	36.437.458

#### 4.12. Resultado Orçamentário (Balço Orçamentário)

Foi estimado para a Universidade Federal Fluminense uma arrecadação de R\$16,9 milhões para o exercício de 2022. A receita realizada superou a previsão e alcançou o valor de R\$17,083, com destaque para os serviços administrativos e a exploração do patrimônio imobiliário através da permissão de uso de espaço público.

Em relação à despesa, foi dotado o valor de R\$2,380 bilhões para execução orçamentária no decorrer do período. A despesa empenhada pela UFF relativa à sua dotação orçamentária foi de R\$2,345 bilhões e o total empenhado referente ao recebimento de transferência externa de crédito orçamentário foi de R\$74,552 milhões. A despesa empenhada evidenciada no balanço orçamentário, no valor de R\$2,419 bilhões, compreende tanto as despesas empenhadas da dotação quanto as executadas oriundas dos desates recebidos.

A origem de recursos para a manutenção das atividades das universidades e institutos federais advém da Governo Federal, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Desta forma, as universidades públicas federais e institutos de educação em geral apresentam resultado orçamentário deficitário, pois sua atividade se pauta no fornecimento de ensino gratuito e de qualidade, além de promover pesquisas e estudos capazes de contribuir com o desenvolvimento social e científico do País.

#### 4.13. Resultado Patrimonial (Demonstração das Variações Patrimoniais)

No exercício de 2022, a UFF apresentou um resultado patrimonial de R\$536,9 milhões, apresentando uma posição materialmente superior ao exercício anterior, quando a UFF apresentou um resultado patrimonial de R\$ 108,2 milhões. Ou seja, o resultado patrimonial evoluiu 396% de um exercício para o outro.

Dentre as explicações para o resultado alcançado pode-se destacar a reavaliação integral do valor dos imóveis, o que gerou uma valorização significativa no patrimônio da instituição, e o aumento das transferências e delegações recebidas.

A Universidade Federal Fluminense reavaliou integralmente os seus imóveis e tal procedimento resultou numa valorização de R\$395,8 milhões do patrimônio da entidade. Este resultado não reflete ingresso de recursos financeiros e sim um ajuste ao valor de mercado.

As transferências financeiras e delegações recebidas evoluiu 7% em relação ao exercício imediatamente anterior, atingindo o valor de R\$2,899 bilhões. O grupo representa as transferências financeiras para pagamento de despesas com pessoal e encargos, previdência e benefícios assistenciais, manutenção e para a execução projetos em cooperação com outros órgãos e instituições.

Apesar do impacto menor em comparação com os itens anteriores, destaca-se também como representativo de desempenho da instituição no exercício a redução de R\$12,550 milhões das despesas com consumo de serviços.

#### 4.14. Resultado Financeiro (Balço Financeiro)

Tabela 18 – em R\$

Resultado Financeiro	2022	2021
Receitas Orçamentárias	R\$ 17.083.215	R\$ 20.499.317
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 2.866.612.896	R\$ 2.699.985.771
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 268.325.968	R\$ 265.395.462
Despesas Orçamentárias	(R\$ 2.419.992.552)	(R\$ 2.358.091.160)
Transferências Financeiras Concedidas	(R\$ 437.396.865)	(R\$ 386.917.750)
Pagamentos Extraorçamentários	(R\$ 267.123.159)	(R\$ 247.066.263)
	R\$ 27.509.502	(R\$ 6.194.623)

O resultado financeiro auferido no exercício, pelo confronto dos ingressos orçamentários e extraorçamentários contra os dispêndios orçamentários e extraorçamentários, foi de R\$27,509 milhões.

## 5. Declaração do Contador

Declaro que as demonstrações contábeis presentes neste Relatório Contábil de Propósito Geral, elaborado tendo como base legal a Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada, exceto no tocante aos seguintes itens:

1. Registro de depreciação de bens móveis não contempla a totalidade de bens da Instituição, tendo em vista que o inventário de bens realizado no exercício é inferior a 70% do total reconhecido nas demonstrações contábeis.
2. Possível inexatidão entre os créditos inscritos em dívida ativa no que se refere à perspectiva de perda ou ganho das ações de execução fiscal.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Niterói, 27 de janeiro de 2023

RAFAEL LINES LESSA

CRC-RJ 110183/O-7

Contador Responsável

Coordenador de Contabilidade – CCONT

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



**RELATÓRIO CONTÁBIL**  
DE PROPÓSITO GERAL | **2022**

